

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 23/03/2016

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta e oito minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SESAU), deu-se início a 2ª (segunda) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2016, com a presença dos membros: **Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins (SESAU)**: Marcos Esner Musafir/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite Tocantins (CIB/TO); Andrea Siqueira Montalvão/ Gerente da Área Técnica de Ciclos de Vida da Diretoria de Atenção Primária da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins; Laudecy Alves do Carmo Soares/ Diretora da Escola Tocantinense do SUS Dr. Gismar Gomes; Liliana Rosicler Teixeira Nunes Fava/ Superintendente de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde; Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Diretora de Controle, Regulação, e Avaliação em Saúde; Luiza Regina Dias Noleto/Superintendente de Planejamento do SUS, Gestão e Acompanhamento Estratégico; Maria Gleyd Brito Chianca Silva/Superintendente de Políticas de Atenção à Saúde; Mísia Saldanha Figuerêdo/ Diretora de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS **Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS)**: Vânio Rodrigues de Sousa/ Presidente do COSEMS – TO e Secretário Municipal de Saúde de Dueré – TO; Camerino Costa Batista/ Diretor Adjunto do COSEMS – TO e Secretário Municipal de Saúde de Dianópolis – TO; Fabrício Alves Segura/ Diretor de Descentralização e Regionalização do COSEMS – TO e Secretário Municipal de Saúde de Araguañã – TO; Haideé Campitelli Vasques/Diretora de Controle, Regulação e Avaliação da SEMUS Palmas e Representante do Secretário Municipal de Saúde de Palmas; Juliano Ribeiro Souza/SMS de Natividade e Diretor Administrativo do COSEMS; Maria da Conceição Marinho de Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis e 1ª Vice-Presidente do COSEMS; Rui Araújo Azevedo/SMS de Paraíso do Tocantins; Sueli Santos de Souza Aguiar/SMS de Gurupi e Diretora Financeira do COSEMS; Whisllay Maciel Bastos/ Secretário Executivo e Secretário Municipal de Saúde de Palmas – TO. O Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins, Sr. Marcos Esner Musafir abriu os trabalhos fazendo um informe a respeito da pesquisa: "Análise do Processo da Regionalização em Saúde no Brasil", que está sendo realizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Esta é uma pesquisa do CNPQ junto à Universidade de Brasília (UNB), e tem como representantes nesta reunião os pesquisadores Maira Catharina e o Sérgio Ricardo Schierholt (Professor Universidade de Brasília). O pesquisador, Sr. Sergio informou que foram selecionados 5 (cinco) Estados representando cada Macro-região do país. Estados estes que são considerados, junto ao CONASS (Conselho Nacional dos Secretários de Saúde), CONASEMS (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), e Ministério da Saúde, aqueles que têm arranjos que são caracterizados como de maior vanguarda

36 para contribuir com essa discussão dentro do Brasil. Diante desse exposto, o Sr. Sergio salientou que
37 foi feito uma entrevista com o Sr. Samuel Braga Bonilha na ultima Reunião Ordinária da CIB – TO da
38 qual o mesmo participou ainda como Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da
39 CIB – TO, ainda a respeito deste projeto. Afirmou que neste momento da pesquisa irão acompanhar
40 esta plenária da CIB, entrevistar alguns atores presentes nesta reunião, e, posteriormente, estudar o
41 funcionamento e a dinâmica das CIR (Comissões Intergestores Regionais) para verificar de que
42 forma essas comissões estão funcionando. Em seguida o Sr. Sergio agradeceu a recepção e
43 acolhida que ele e a Sra. Maira Catharina receberam ao chegarem ao Tocantins. O Presidente da
44 CIB, Sr. Marcos Esner Musafir deu-lhes as boas vindas e disponibilizou os serviços da Secretaria de
45 Estado da Saúde do Tocantins para auxiliar-lhes em tudo o que for necessário. Neste momento,
46 dando seguimento a reunião, o Sr. Marcos E. Musafir prosseguiu à apresentação e leitura da pauta
47 desta plenária: **Pontos de Pauta para Pactuação e Aprovação: ITEM 1 – Pactuação e Aprovação**
48 **da Pauta:** Pauta aprovada pela plenária, com a exclusão do Subitem 8.3 da pauta, a pedido do Sr.
49 Whisllay Maciel Bastos/SMS de Palmas. **ITEM 8 – Pactuação e Aprovação das seguintes propostas**
50 **do município de Palmas - TO: 8.1 – Mudança de Porte II para III, com Qualificação da Unidade de**
51 **Pronto Atendimento (UPA) Norte do município de Palmas – TO; 8.2 – Mudança de Porte II para III,**
52 **com Renovação da Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Sul do município de**
53 **Palmas – TO; 8.3 – Unificação das Unidades de Atenção Especializada: Centro de Consultas**
54 **Especializadas de Palmas (CECEP) e Policlínica da 108 Sul, no município de Palmas – TO:** A Sra.
55 Maria Gleyd solicitou a exclusão deste item de pauta, solicitado e a ser exposto pelo município de
56 Palmas – TO, esclarecendo que foi feito um Plano da Rede de Urgência e Emergência (RUE) do
57 Estado do Tocantins, em que não está prevista programação referente ao ITEM 8. Justificou que
58 neste momento o Estado do Tocantins não possui orçamento/programação orçamentária para
59 pactuar esta contrapartida, não sendo possível honrá-la. O Sr. Whisllay Maciel Bastos, Secretário
60 Executivo e Secretário Municipal de Saúde de Palmas – TO afirmou que neste caso não se trata de
61 pactuar uma contrapartida, afirmando que o serviço é qualificado, e o novo serviço da UPA Norte
62 recebeu visita técnica do Ministério da Saúde há algumas semanas atrás. Pontuou que os dois
63 serviços (UPA Norte e UPA Sul de Palmas) estão trabalhando no modelo de Porte III e podem ser
64 qualificados para tal, e que a visita técnica do Ministério da Saúde foi feita neste sentido. Explicou que
65 a urgência do município de Palmas em relação a esse assunto se dá, devido ao fato de que, essa
66 qualificação tinha um período vigente de 2 (dois) anos, o qual venceu em julho de 2015, sendo assim,
67 a qualquer momento o Ministério da Saúde pode suspender a transferência desse recurso em virtude
68 do corte de gastos. Informou que esteve em Brasília, no Ministério da Saúde, para tratar a respeito
69 desse assunto. Destacou que a questão orçamentária do Estado já é de conhecimento de todos, mas
70 a qualificação deste serviço implica num aumento de receita por parte do Ministério. Citou que a UPA
71 Norte tem um custo mensal de R\$1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), e o

72 município de Palmas deixaria de receber apenas R\$175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais),
73 passando a receber um aporte maior do Ministério para a UPA Norte. Essa questão de quanto o
74 Estado irá repassar não pode ser um impedimento. O Sr. Marcos Musafir concordou com o Sr.
75 Whisllay, acreditando que é prudente fazer, porém sugeriu que fique registrado e configurado que o
76 Estado irá apoiar, mas não tem a condição de fazer o repasse proporcional nesse momento. Porque
77 não está previsto no orçamento da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins. Afirmou saber que é
78 melhor pra população, que é o objetivo de todos aqui. Porém, questionou se é possível fazer, ao
79 invés de uma pactuação econômica, uma aprovação da proposta com a salva-guarda de que o
80 Estado não tem no momento esse recurso para repassar, e que assim que for possível, poderá ser
81 feito o repasse. Destacou que agora o Estado assinaria a documentação, faria tudo, desde que,
82 ficasse clara a impossibilidade do repassasse do recurso pelo Estado neste momento. A SMS de
83 Gurupi, Sra. Sueli Aguiar afirmou não achar justo cortar o serviço que já está funcionando há bastante
84 tempo. O Sr. Marcos Musafir afirmou não ser questão de injustiça, e sim de legalidade. A Sra. Sueli
85 completou afirmando que o Estado deveria ter feito esta inclusão no orçamento. A Sra. Maria Gleyd
86 afirmou que o plano da RUE foi aprovado na plenária da CIB, e no plano uma UPA é porte III e a
87 outra porte II. Destacou que tudo foi articulado com o Ministério da Saúde, e a técnica Daniela
88 afirmou que não havia esta perspectiva. Porém, concordou que o Ministério esteve em Palmas, e
89 identificou que o município já possui condições de porte III para a UPA. Contudo, reforçou que para
90 isto o Estado precisa de programação. O Sr. Whisllay afirmou que o serviço está em funcionamento,
91 e a questão da programação não está sendo seguida nem para o que está programado, portanto não
92 pode ser um empecilho. Destacou que o município está tentando mais alternativas de captação de
93 recurso para um serviço que já custa mensalmente para o município o valor de um milhão de reais. O
94 Sr. Marcos Musafir afirmou não haver dúvidas quanto a isto, e citou que o Estado também tem uma
95 série de serviços que custa muito mais, dado como exemplo o HGPP (Hospital Geral Público de
96 Palmas) que custa R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), e recebe pacientes de todos os
97 municípios. O Sr. Whisllay afirmou que é, portanto, compreensível que o Estado busque mais fontes
98 de financiamento pro HGPP. O Sr. Marcos Musafir sugeriu que para não seja retirado da pauta o
99 item 8, e que fique também consignado que o Estado não tem isso na programação e é ilegal
100 repassar o recurso sem poder também. A Sra. Maria Gleyd: informou que a Sra. Margareth Amorim
101 acabou de chegar com a informação que o Ministério da Saúde ainda não emitiu o parecer a respeito
102 da UPA. O Sr. Whisllay informou que o Ministério apenas emite o parecer dele após o parecer de
103 algumas instâncias, inclusive o da CIB. O Sr. Marcos Musafir lamentou a falta de garantia de recurso
104 pelo Estado. O Sr. Whisllay afirmou que isto está claro, porém não isenta o Estado de efetivar o
105 repasse a partir do momento em que for aprovado e quando houver disponibilidade. Não sendo
106 possível desconsiderar a parcela do Estado no financiamento do serviço, mesmo não sendo este ano,
107 mas que seja a partir do momento que houver disponibilidade. Não havendo uma liberação para não

108 pagamento desse recurso em algum momento na história. O Sr. Marcos Musafir informou que se o
109 município de Palmas concordar, em 2016 não é possível, porém que em 2017 seja incluído na
110 programação. O Sr. Whisllay afirmou que precisa manter o serviço, pois já tem um volume absurdo.
111 E, agora com o evento da *Zika* Vírus e com outros eventos já existentes o atendimento aumentou
112 bastante, o que tem colocado um número de médicos muito acima do previsto para o porte, portanto
113 nada mais justo do que apoiar a manutenção do serviço. A Sra. Mísia Saldanha Figueiredo
114 questionou se o Sr. Whisllay se refere ao Estado efetuar o pagamento referente à UPA a partir de
115 2017, sem retroativo de 2016. O Sr. Whisllay esclareceu se referir ao pagamento a partir do momento
116 que for aprovado, não sendo possível liberar e apenas valer a partir quando for ser feito o pagamento.
117 Porém, destacou que o passivo se discute como será efetuado. Destacando que não dá, para um
118 serviço que é tripartite, o município gastar sozinho R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).
119 Afirmou que o município já está atendendo, já está gastando, já está mantendo esses serviços.
120 Comentou ser impensável que este serviço possa ser interrompido, e esta questão financeira vem à
121 plenária e o município está aberto a discutir. Deste modo, reforçou que a partir do momento em que
122 for aprovado o repasse passa a valer. O serviço está sendo aprovado para 2017, e
123 orçamentariamente, haverá a discussão de como será diluído ao longo dos anos. Visto que já é
124 prática do dia a dia discutir como o município receberá o que tem que ser repassado. Enfatizou que, a
125 partir do momento que for aprovado, o município passa a ter direito ao aumento do repasse por parte
126 do Ministério. Se dirigindo ao Sr. Marcos Musafir, afirmou que a questão é muito mais complexa, visto
127 que o município possui uma série de serviços do próprio Ministério da Saúde aprovados na CIB, que
128 até hoje nem entraram. Deu como exemplo o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) que
129 tem uma equipe do NASF que custa R\$77.000,00 (setenta e sete mil reais)/mês há 3 (três) anos, foi
130 aprovada a mudança de porte e até hoje nem a sinal do dinheiro. Mas, considerou ser uma parte do
131 processo que precisa ser cumprida. O Sr. Marcos Musafir colocou para aprovação, se mantêm ou
132 retira da pauta. A Sra. Mísia propôs que seja feita uma câmara técnica para discussão acerca da
133 legalidade em relação à falta de condições de financiamento pelo Estado, sendo também verificado
134 para o próximo ano a possibilidade de o Estado assumir uma responsabilidade de passar e não ter
135 como fazer esse repasse. O Sr. Marcos Musafir questionou se foi feita a visita técnica. O Sr. Whisllay
136 informou que a SESAU não fez, mas hoje de manhã concordou em fazer, visto que o Ministério já fez,
137 e este é um procedimento tranquilo. O Sr. Marcos Musafir afirmou que isso não vai sair o mês que
138 vem, pois o Ministério ta cortando tudo, e é uma oportunidade de o município ganhar mais. Fez a
139 ressalva da não previsão do recurso neste ano, porém ressaltou não concordar em retroagir.
140 Comentou que se o recurso sair lá pra dezembro desse ano, por exemplo, ou em abril é diferente,
141 isso é matemática. Destacou a preocupação em não criar uma nova dívida com o município. Porém,
142 o Estado quer aprovar, quer apoiar. A Sra. Sueli Aguiar sugeriu ficar claro e consensuado que o
143 Estado está se posicionando sem orçamento e sem dinheiro neste exercício. A Sra. Mísia Saldanha

144 afirmou que é necessário deixar claro também que se o Estado fizer isto, estará assumindo uma
145 dívida. A Sra. Sueli Aguiar salientou que não se trata de o Estado abrir mão de receita, mas de
146 simplesmente deixar claro que não tem e não tem como pagar, mesmo o Ministério concordando. O
147 Sr. Marcos Musafir afirmou que não se trata de "não tem e não tem como", mas a realidade é que
148 não houve previsão para estas despesas, sendo assim é uma ilegalidade o Estado assumir uma
149 despesa sem previsão. A Sra. Sueli Aguiar questionou como têm outras UPA sendo implantadas no
150 Estado do Tocantins sem problemas. O Sr. Marcos Musafir esclareceu que as que estão sendo
151 implantadas foram previstas na programação. O Sr. Whislly afirmou que tem que acabar com essa
152 questão de se é Estado, Município ou União, pois é um serviço que precisa ser mantido. O Sr.
153 Marcos Musafir informou que é consenso de todos a não retirada do item da pauta. A Sra. Maria
154 Gleyd propôs que seja realizada uma câmara técnica, o mais rápido possível, e em seguida faz-se
155 um *Ad Referendum*. Fazendo um resgate, afirmou que foi por situações como esta, que o Estado,
156 sem programação, assumiu dívida de 1 (um) ano inteiro, e até hoje não conseguiu quitar, e até os
157 municípios, com razão, cobram o Estado. Destacou que esta dívida se deu por conta de serviços que
158 foram implantados e não tinha programação para pagar. O Sr. Marcos Musafir pediu licença pra voltar
159 ao assunto da pauta, e colocou para aprovação. Em seguida, informou, portanto, que o item fica com
160 a ressalva da falta de previsão orçamentária. A Sra. Nayara Samya Costa Chaves Nogueira Tabanes
161 afirmou que foi informado por email pela área técnica à CIB, que o Estado precisaria realizar uma
162 visita técnica. Portanto, propôs que o item seja aprovado e a área técnica faça a visita técnica, e na
163 elaboração do parecer considere a falta de previsão orçamentária. E destacou que, para a elaboração
164 da Resolução, a CIB precisa deste parecer da área técnica. O Sr. Whislly informou que no texto é
165 necessário incluir o termo "qualificação" e "mudança de porte com qualificação", pois é um processo
166 que se renova. O Sr. Marcos Musafir pediu licença, informando que irá participar de uma audiência, e
167 repassou para o Sr. Vânio Rodrigues a presidência da mesa, destacando que retornará dependendo
168 da hora que encerrar a referida audiência. O Sr. Whislly solicitou a exclusão do subitem 8.3 da
169 pauta. **ITEM 2 – Pactuação e Aprovação das seguintes propostas da Gerência da Secretaria Geral da**
170 **Comissão Intergestores Bipartite: 2.1 – Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite**
171 **do dia 13 de novembro de 2015; e, 2.2 - Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores**
172 **Bipartite do dia 04 de dezembro de 2015;** O Sr. Vânio Rodrigues informou que na discussão prévia
173 com os municípios, foi consenso de todos que as atas estão muito extensas, e acontecem muitas
174 repetições. Afirmou que a Gerente da Secretaria Geral da CIB, Sra. Nayara Samya informou o
175 motivo, e também que a técnica responsável pelas atas, Sra. Lanna Cavalcante, sempre participa das
176 reuniões e tem acompanhado as observações dos membros. Não tendo nenhuma observação ou
177 correção, item 2, com seus respectivos subitens, aprovado pela plenária. **Pontos de Pauta para**
178 **Apresentação e Homologação: ITEM 3 – Homologar a RESOLUÇÃO – CIB/TO Nº. 015/2016, de 10**
179 **de março de 2016, Ad Referendum que Dispõe sobre a Retificação da RESOLUÇÃO – CIB Nº.**

180 055/2015, de 18 de junho de 2015, que Dispõe sobre a Proposta de Convênio N°. 911336/13-001
181 para Ampliação da Unidade de Atenção Especializada em Saúde (Policlínica) do município de Gurupi
182 – TO, referente à Emenda Parlamentar: A Sra. Sueli Aguiar informou que a retificação se refere a:
183 onde se lê "Ampliação", leia-se "Construção"; e a retirada de: "(Policlínica)". **Pontos de Inclusão de**
184 **Pauta para Pactuação e Aprovação: ITEM 4 – Pactuação e Aprovação do Plano de Demanda de**
185 **Investimentos para Apoio às Ações de Eliminação da Malária Falciparum para o Estado do Tocantins:**
186 A Enfermeira/Área Técnica da Malária/SESAU, Sra. Neusa Aparecida Ferreira Alves Bernardes
187 informou que este item diz respeito ao plano de eliminação da malária no Brasil. Informou que no dia
188 10 de novembro de 2015 o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Vigilância em Saúde,
189 convidou todos os governadores da Amazônia Legal pra o lançamento deste plano, com ênfase na
190 eliminação da malária pelo Plasmodio Falciparum, que é a forma mais grave e que leva a óbito.
191 Destacou que o Brasil vem apresentando uma redução em casos de malária, informando que em
192 2014 registrou 143.250 (cento e quarenta e três mil e duzentos e cinqüenta) casos, que foi o menor
193 número nos últimos 35 (trinta e cinco) anos, uma vitória pra todos os municípios e Estados. Então, a
194 partir daí foi-se observado que nós estamos cumprindo os objetivos do desenvolvimento do milênio,
195 em reduzir em 76% (setenta e seis por cento) já em 2014, que é o combinado para o cenário nacional
196 no banco mundial que dá o aporte financeiro pra todos os países. Então, em relação à eliminação da
197 malária no Brasil, de acordo com a metodologia proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS)
198 pra selecionar os critérios que passam por fases, dos 5.570 (cinco mil e quinhentos e setenta)
199 municípios do Brasil, 5.113 (cinco mil e cento e treze) já estão em prevenção da reintrodução dos
200 casos da malária. Informou que reintrodução de casos significa que estes 5.113 (cinco mil e cento e
201 treze) municípios já estão há 3 (três) anos ou mais sem registros de casos de malária. E, 316
202 (trezentos e dezesseis) municípios em eliminação. Esclareceu que é considerado "eliminação",
203 aqueles que possuem menos de 1 (um) caso por 1.000 (um mil) habitantes. E, 318 (trezentos e
204 dezoito) municípios estão em controle. Esclareceu ainda que "controle", são aqueles municípios que
205 ainda registram mais de 1 (um) caso por 1.000 (um mil) habitantes. Informou que, apesar dessa meta
206 nacional em relação ao objetivo internacional já ter sido atingida, há uma grande heterogeneidade
207 entre os resultados obtidos, tanto em Estados, quanto em municípios. Ressaltou se referir à
208 Amazônia Legal, onde 99% (noventa e nove por cento) dos casos estão restritos à Amazônia Legal.
209 E, por essa razão, a coordenação do Ministério está desenvolvendo um plano da eliminação da
210 malária no Brasil, e dando ênfase para a forma mais grave, que é o Plasmodio Falciparum. No nosso
211 cenário estadual, 132 (cento e trinta e dois) municípios estão em prevenção da reintrodução, ou seja,
212 não apresentam casos de malária há 3 (três) anos ou mais. Informou que, num corte feito de 2012
213 pra cá, 07 (sete) municípios estão em eliminação são eles: Araguatins, Itaguatins, Xambioá,
214 Tocantinópolis, Aurora, Natividade e Taguatinga (Região Sudeste que não é área de malária),
215 destacando que estes casos foram registrados fora da nossa unidade federada, por outros estados

216 equivocadamente, mas como área técnica não consegue limpar o banco, ficou registrado. E afirmou
217 que nenhum município do nosso Estado está em controle, pois não temos mais de 1 (um) caso por
218 1.000 (um mil) habitantes. Em relação aos casos de malária Falciparum, que é uma forma mais
219 grave, 4 (quatro) municípios estão em eliminação. E, 131 (cento e trinta e um) municípios estão em
220 prevenção da reintrodução de casos autóctones até 2019. Afirmou que a proposta do investimento
221 ele visa contemplar o reforço dessas ações, que na verdade todos os nossos municípios já fazem a
222 vigilância, porque nós temos o transmissor em todo Estado. Destacou que em Palmas, por exemplo,
223 tem no Parque Cesamar, ressaltando que em todo lugar aqui tem o transmissor, só não tem a pessoa
224 doente, e é isso que a vigilância quer e "corre atrás". Informou que o programa nacional enviou um
225 ofício com o tempo já ultrapassado para a área técnica enviar, e a reunião da CIB já tinha passado.
226 Então, não tinha como aprovar, pois o prazo seria até dia 18 de março, e só foi discutido hoje de
227 manhã. Expôs a planilha a ser preenchida, e informou que foi estimado o valor por técnicos da
228 SESAU, depois de aprovado o valor será repassado, e o que eles estão visando para o valor e os
229 itens são (distribuídos entre Estado e Municípios): 02 (dois) notebooks, que ficariam pro Estado; 02
230 (dois) projetores de multimídia, para o Estado; 01 (um) microscópio binocular, para o Estado; 01
231 (uma) lupa binocular, para o Estado; 01 (um) nobreak, pra o Estado; 4 (quatro) nobreaks, distribuídos
232 para os municípios: 01 (um) Araguatins, 01 (um) Itaguatins, 01 (um) Tocantinópolis, e 01 (um)
233 Xambioá; 01 (uma) viatura, para o Estado; 04 (quatro) GPS, distribuídos para os municípios: 01 (um)
234 Araguatins, 01 (um) Itaguatins, 01 (um) Tocantinópolis, e 01 (um) Xambioá; 02 (duas) câmeras
235 fotográficas profissionais, para o Estado; e, 01 (um) kit de computador, para os municípios de: 01
236 (um) Araguatins, 01 (um) Itaguatins, 01 (um) Tocantinópolis, e 01 (um) Xambioá. Trouxe como
237 exemplo a comparação do Estado do Tocantins com o Estado do Pará, afirmando que o outro Estado
238 registra 24.000 (vinte e quatro mil) casos. E o Tocantins, tendo como ponto de corte o ano de 2012,
239 desses 07 (sete) municípios que estão em eliminação: Araguatins, Aurora, Natividade e
240 Tocantinópolis, registraram 01 (um) caso cada, sendo que Aurora e Natividade foram equivocados os
241 casos; em 2013, Araguatins com 6 (seis) casos, Itaguatins com 8 (oito) casos, e Xambioá com 2
242 (dois) casos. Destacou que a área da malária é restrita ao longo do Araguaia com o Tocantins no
243 Bico do Papagaio, levando em consideração a questão laboral das pessoas que residem neste local,
244 vão trabalhar no Pará e voltam. Então, este caso de Itaguatins foi um andarilho que passou a noite e
245 um dia na praça de Itaguatins, e como tinha mosquito, gerou 8 (oito) casos no município. Em 2014
246 ainda houve resquícios de 2013, que foram 02 (dois) casos em Itaguatins e 01 (um) em Taguatinga
247 equivocado. Já para eliminação da Falciparum que é o foco, Aurora e Natividade, em 2012
248 registraram esses casos, mas como oficialmente estão no banco de dados, não podem ser retirados.
249 E, 2013, foram Araguatins e Itaguatins. No entanto, sabe-se que o que o Estado mais precisa é da
250 lupa binocular para identificação das fêmeas desse mosquito. Sabendo que o potencial malarígeno
251 também para a questão de assentamento, que o IBAMA passa para a área técnica fazer e dizer se o

252 local tem potencial malarígeno, ou não, e dar a posse definitiva dos assentamentos. Justificou a
253 importância da viatura, citando que a área técnica está buscando um novo caso em Ananás, em que
254 um fazendeiro trouxe 30 (trinta) pessoas do Pará doentes, porém já foram pra Araguaina e fizeram o
255 tratamento. Porém, um desses casos é residente de Araguaina e foi infectado nesta mesma fazenda.
256 Informou que por este motivo as equipes da entomologia e da área técnica estão no Bico do
257 Papagaio e não nesta reunião. Esses técnicos que fizeram essa planilha, buscando o máximo de
258 cobertura para esses municípios, e com bem poucos recursos. Destacando que fica difícil distribuir
259 estes recursos, mas a tenta-se ser o mais justo possível dentro das possibilidades. Item 4 aprovado
260 pela plenária. **ITEM 5 – Pactuação e Aprovação da Descentralização da Gestão de Ações e Serviços**
261 **de Saúde para o município de Lagoa da Confusão, consoante disposto nos artigos 2º e 3º da**
262 **Resolução – CIT N°. 4, de 19 de julho de 2012:** Item 5 aprovado pela plenária. **ITEM 6 – Pactuação e**
263 **Aprovação das seguintes propostas da Diretoria de Controle, Regulação, Avaliação e**
264 **Auditoria/SESAU: 6.1 – Cronograma de solicitações de Remanejamento da Programação Pactuada e**
265 **Integrada da Assistência – PPI para o período de fevereiro a dezembro do ano de 2016:** A Técnico da
266 Supervisão da PPI, Sra. Vera Lúcia Soares informou que o referido cronograma consta os prazos
267 para os municípios solicitarem Remanejamento de Tetos e protocolarem da Secretaria Geral da CIB,
268 e o prazo para a Secretaria Geral da CIB encaminhar à área técnica de PPI, e a área técnica de PPI
269 solicitar ponto de pauta na CIB, durante os meses de fevereiro a dezembro de 2016. Destacou que
270 este cronograma está disponível no site da CIB. **Pontos de Inclusão de Pauta para Apresentação e**
271 **Esclarecimentos: ITEM 12 - Apresentação e Esclarecimentos sobre o Formulário para Revisão da**
272 **Programação Pactuada e Integrada da Assistência – PPI/2016:** A Sra. Vera Lúcia expôs o formulário
273 a ser usado para as solicitações de remanejamentos na PPI 2016 dos procedimentos, e destacou que
274 também está disponível no site da CIB. **Pontos de Inclusão de Pauta para Pactuação e**
275 **Aprovação: 6.2 – Remanejamento de Serviços e Tetos Físico e Financeiro para municípios na**
276 **Programação Pactuada e Integrada da Assistência (PPI)/2015 do Estado do Tocantins:** A Sra. Vera
277 Lúcia apresentou os remanejamentos na modalidade ambulatorial, de Araguanã para Xambioá, nos
278 procedimento de Atendimento Médico em Unidade de Proto Atendimento; Atendimento de Urgência
279 c/ Observação até 24 horas em Atenção Especializada - Médico; e, Atendimento de Urgência em
280 Atenção Especializada - Médico. No valor de R\$3.959,59 (três mil novecentos e cinquenta e nove
281 reais e cinquenta e nove centavos). Item 6, com seus respectivos subitens, aprovado pela plenária.
282 **ITEM 7 – Pactuação e Aprovação da Habilitação de 04 (quatro) Leitos de Saúde Mental no Hospital**
283 **Regional de Paraíso - TO:** A Técnica da Gerência da Rede de Atenção Psicossocial/SESAU, Sra.
284 Viviane Paiva informou que a referida solicitação se deve à reforma do hospital. Afirmou que o
285 desenho da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) ainda não foi pactuado na Região de Saúde do
286 Cantão. Destacou que na discussão pela manhã foi apresentada a habilitação de 2 (dois) leitos no
287 hospital, porém destacou que são 4 (quatro) leitos na verdade, porque os 4 (quatro) leitos foram

288 incentivados em dezembro. Item 7 aprovado pela plenária. **Pontos de Inclusão de Pauta para**
289 **Apresentação e Esclarecimentos: ITEM 11 – Apresentação e Esclarecimentos sobre a Rotatividade**
290 **de Servidores da área de Saúde Mental no Estado do Tocantins:** A Técnica da Gerência da Rede de
291 Atenção Psicossocial/SESAU, Sra. Viviane Paiva solicitou aos Secretários Municipais de Saúde que,
292 na medida do possível, evitem a rotatividade dos profissionais de saúde nos Centro de Atenção
293 Psicossocial, principalmente neste período bastante peculiar. De modo, que seja possível dar
294 continuidade ao processo de capacitação deles e obter melhor resolutividade nos serviço. Esclareceu
295 que esta foi uma demanda sugerida pelo colegiado gestor no mês de fevereiro. Informou que existe a
296 possibilidade dessa rotatividade de profissionais e que coloca em risco o desenvolvimento das ações
297 da RAPS. **RETOMANDO O ITEM 8 – Pactuação e Aprovação das seguintes propostas do município**
298 **de Palmas - TO: 8.1 – Mudança de Porte II para III, com Qualificação da Unidade de Pronto**
299 **Atendimento (UPA) Norte do município de Palmas – TO; 8.2 – Mudança de Porte II para III, com**
300 **Renovação da Qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Sul do município de Palmas –**
301 **TO:** O Sr. Whislly afirmou que, para ratificar a proposta do Secretário de Estado da Saúde e
302 Presidente da CIB, Sr. Marcos Musafir, considerando que não há programação em 2016, fica
303 pactuado que, em sendo aprovado pelo Ministério, pelo menos para o Estado tudo passe a valer a
304 partir de 2017. Destacou que o município está na expectativa de receber algum recurso pelo menos
305 do Ministério ainda este ano, pois é um serviço que já está em andamento e tem anos que está
306 funcionando, com um volume grande de despesas de pessoas atendidas. Então, entendendo a
307 situação do Estado, em relação à programação, insistiu que pelo menos para o programado haja um
308 esforço em fazê-lo. Citando que existe uma promessa de entrar alguma coisa por essa semana em
309 relação a esse serviço de urgência, e o município está aguardando. Respondendo a um
310 questionamento da Sra. Nayara Samya, o Sr. Whislly esclareceu o texto dos itens: 8.1 - Mudança de
311 Porte II para III, com qualificação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Norte do município de
312 Palmas – TO; 8.2 - Mudança de Porte II para III, com Renovação da Qualificação da Unidade de
313 Pronto Atendimento (UPA) Sul do município de Palmas – TO. A Sra. Maria Gleyd informou que a
314 visita técnica do Estado será feita na semana que vem. Então, a Sra. Nayara Samya reforçou o
315 acordado, informando que aguardará o Parecer Técnico da área técnica do Estado, para conclusão
316 da elaboração da Resolução-CIB. Subitem 8.3 excluído. Subitens 8.1 e 8.2 aprovados pela plenária.
317 **Pontos de Inclusão de Pauta para Apresentação e Homologação: ITEM 9 – Homologar as**
318 **seguintes propostas: 9.1 – Proposta de Projeto Nº. 11266377000/1160-03 para Aquisição de**
319 **Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de**
320 **Nova Rosalândia – TO, no valor de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais) referentes à Emenda**
321 **Parlamentar Nº. 36950007 da Parlamentar Josi Nunes:** Solicitante: Miriam Leine C. S. de
322 Sousa/Secretária Municipal de Saúde de Nova Rosalândia. **9.2 - Proposta de Projeto Nº.**
323 **12035302000/1160-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Posto de**

324 Saúde de Araguaçu do município de Araganã – TO, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais)
325 referentes à Emenda Parlamentar Nº. 26930010 da Parlamentar Professora Dorinha Seabra
326 Rezende; 9.3 - Proposta de Projeto Nº. 12035302000/1160-03 para Aquisição de Equipamentos e
327 Materiais Permanentes para o Posto de Saúde de Araguaçu do município de Araganã – TO, no valor
328 de R\$99.990,00 (noventa e nove mil e novecentos e noventa reais) referentes à Emenda Parlamentar
329 Nº. 26930010 da Parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende; Solicitante: Fabrício Alves
330 Segura/Secretário Municipal de Saúde de Araganã. 9.4 - Proposta de Convênio Nº. 913849/16-004
331 para Ampliação do Hospital de Pequeno Porte do município de Alvorada - TO, no valor de
332 R\$287.274,00 (duzentos e oitenta e sete mil e duzentos e setenta e quatro reais) referentes à
333 Emenda Parlamentar Nº. 36950008 da Parlamentar Josi Nunes; 9.5 - Proposta de Convênio Nº.
334 913849/16-005 para Ampliação do refeitório do Hospital Regional de Gurupi – TO, no valor de
335 R\$287.600,00 (duzentos e oitenta e sete mil e seiscentos reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº.
336 36950008 da Parlamentar Josi Nunes; 9.6 - Proposta de Convênio Nº. 913849/16-006 para Reforma
337 e adequação do Hospital Regional de Arraias – TO, no valor de R\$249.736,00 (duzentos e quarenta e
338 nove mil e setecentos e trinta e seis reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 26930011 da
339 Parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende; 9.7 - Proposta de Convênio Nº. 913849/16-007
340 para Reforma e adequação da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) do Hospital
341 Regional de Araguaína – TO, no valor de R\$1.799.920,00 (um milhão setecentos e noventa e nove
342 mil e novecentos e vinte reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 30860006 da Parlamentar Dulce
343 Miranda; 9.8 - Proposta de Convênio Nº. 913849/16-008 para Reforma e adequação do Hospital
344 Regional de Xambioá – TO, no valor de R\$549.933,00 (quinhentos e quarenta e nove mil e
345 novecentos e trinta e três reais) referentes às Emendas Parlamentares: Nº. 30860006 da Parlamentar
346 Dulce Miranda no valor de R\$80,00 (oitenta reais), e Nº. 26930011 da Parlamentar Professora
347 Dorinha Seabra Rezende no valor de R\$549.853,00 (quinhentos e quarenta e nove mil e oitocentos e
348 cinquenta e três reais); 9.9 - Proposta de Convênio Nº. 913849/16-009 para Reforma e adequação da
349 Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) do Hospital Regional de Araguaína – TO,
350 no valor de R\$342.700,00 (trezentos e quarenta e dois mil e setecentos reais) referentes à Emenda
351 Parlamentar Nº. 30860006 da Parlamentar Dulce Miranda; 9.10 - Proposta de Convênio Nº.
352 913849/16-010 para Reforma e adequação na Ala da Imaginologia e Ala de Internação do Hospital
353 Geral Público de Palmas Dr. Francisco Ayres, no valor de R\$1.199.630,00 (um milhão cento e
354 noventa e nove mil e seiscentos e trinta reais) referentes às Emendas Parlamentares: Nº. 30860007
355 da Parlamentar Dulce Miranda no valor de R\$ 1.199.219,00 (um milhão cento e noventa e nove mil e
356 duzentos e dezenove reais), e Nº. 26930011 da Parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende no
357 valor de R\$411,00 (quatrocentos e onze reais); 9.11 - Proposta de Convênio Nº. 913849/16-011 para
358 Reforma e adequação do Hospital Regional de Arraias – TO, no valor de R\$299.870,00 (duzentos e
359 noventa e nove mil e oitocentos e setenta reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 26930011 da

360 Parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende; 9.12 - Proposta de Convênio Nº. 913849/16-012
361 para Reforma na Ala de Internação no Hospital Geral Público de Palmas Dr. Francisco Ayres, no
362 valor de R\$336.260,00 (trezentos e trinta e seis mil e duzentos e sessenta reais) referentes à Emenda
363 Parlamentar Nº. 30860007 da Parlamentar Dulce Miranda; 9.13 - Proposta de Projeto Nº.
364 13849.028000/1160-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o
365 Hemocentro Regional de Araguaína – TO, no valor de R\$368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil
366 reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 26900005 do Parlamentar César Halum; 9.14 - Proposta
367 de Projeto Nº. 13849.028000/1160-04 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes
368 para o Hospital Regional de Araguaína – TO, no valor de R\$735.000,00 (setecentos e trinta e cinco
369 mil reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 30860006 da Parlamentar Dulce Miranda; 9.15 -
370 Proposta de Projeto Nº. 13849.028000/1160-05 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
371 Permanentes para: Hospital de Pequeno Porte de Alvorada, Hospital Materno Infantil Tia Dede,
372 Hospital Regional de Arapoema, Hospital Regional de Arraias, Hospital Regional de Augustinópolis,
373 Hospital Regional de Dianópolis, Hospital Regional de Guaraí, Hospital Regional de Gurupi, Hospital
374 Regional de Paraíso Dr. Alfredo Oliveira Barros, Hospital Regional de Pedro Afonso Leonício de
375 Sousa Miranda, Hospital Regional de Porto Nacional, Hospital Regional de Xambioá, e Hospital
376 Regional Tertuliano Corado Lustosa de Araguaçu, no valor de R\$742.085,00 (setecentos e quarenta
377 e dois mil e oitenta e cinco reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 38170003 do Parlamentar
378 Donizeti Nogueira; 9.16 - Proposta de Projeto Nº. 13849.028000/1160-06 para Aquisição de
379 Equipamentos e Materiais Permanentes para o Hospital Regional de Araguaína – TO, no valor de
380 R\$299.980,00 (duzentos e noventa e nove mil e novecentos e oitenta reais) referentes à Emenda
381 Parlamentar Nº. 30860006 da Parlamentar Dulce Miranda; 9.17 - Proposta de Projeto Nº.
382 13849.028000/1160-07 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Hospital
383 Geral Público de Palmas Dr. Francisco Ayres, no valor de R\$999.980,00 (novecentos e noventa e
384 nove mil e novecentos e oitenta reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 30860007 da
385 Parlamentar Dulce Miranda; 9.18 - Proposta de Projeto Nº. 13849.028000/1160-08 para Aquisição de
386 Equipamentos e Materiais Permanentes para: Hospital Geral de Palmas Dr. Francisco Ayres, Hospital
387 Regional de Arapoema, Hospital Regional de Arraias, Hospital Regional de Augustinópolis, Hospital
388 Regional de Guaraí, Hospital Regional de Gurupi, Hospital Regional de Paraíso Dr. Alfredo Oliveira
389 Barros, e Hospital Regional Tertuliano Corado Lustosa de Araguaçu, no valor de R\$5.653.004,00
390 (cinco milhões seiscentos e cinqüenta e três mil e quatro reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº.
391 38170004 do Parlamentar Donizeti Nogueira; 9.19 - Proposta de Projeto Nº. 13849.028000/1160-09
392 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Hospital Regional de Gurupi – TO,
393 no valor de R\$124.660,00 (cento e vinte e quatro mil e seiscentos e sessenta reais) referentes à
394 Emenda Parlamentar Nº. 36950008 da Parlamentar Josi Nunes; 9.20 - Proposta de Projeto Nº.
395 13849.028000/1160-10 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Hospital

396 Geral Público de Palmas Dr. Francisco Ayres, no valor de R\$418.122,00 (quatrocentos e dezoito mil e
397 cento e vinte e dois reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 38170004 da Parlamentar Donizeti
398 Nogueira; Solicitante: Luiza Regina Dias Noletto/Superintendente de Planejamento do SUS. 9.21 -
399 Proposta de Projeto Nº. 11266993000/1140-04 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
400 Permanentes para: Posto de Saúde Folha Grossa, Posto de Saúde Olho D'Água, Posto de Saúde
401 Ribeirão Grande, Unidade Básica de Saúde Alto Bonito, Unidade Básica de Saúde Ana Vina, Unidade
402 Básica de Saúde, e Unidade Básica de Saúde Múcio Barbosa, do município de Tocantinópolis, no
403 valor de R\$592.000,00 (quinhentos e noventa e dois mil reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº.
404 26900003 do Parlamentar Cesar Hanna Halum; Solicitante: Gizelle Silveira Santos/Coordenadora de
405 Atenção Básica/SMS de Tocantinópolis. 9.22 - Proposta de Projeto Nº. 11507354000/1140-02 para
406 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde Vicente de
407 Paula do município de Luzinópolis – TO, no valor de R\$99.960,88-(noventa e nove mil novecentos e
408 sessenta reais e oitenta e oito centavos) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 12010012 do
409 Parlamentar Carlos Eduardo Torres Gomes; Solicitante: Ronária Gomes Madeira Costa/Secretária
410 Municipal de Saúde de Luzinópolis. 9.23 - Proposta de Projeto Nº. 11320420000/1160-01 para
411 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para: o Centro de Saúde Sexual e Reprodutivo,
412 o Complexo de Atenção à Saúde (CAS), o Núcleo de Assistência Henfil, a Policlínica Aurenly I, a
413 Policlínica da Região Norte, e a Policlínica de Taquaralto, do município de Palmas – TO, no valor de
414 R\$719.070,00 (setecentos e dezenove mil e setenta reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº.
415 36950009 da Parlamentar Josi Nunes; 9.24 - Proposta de Projeto Nº. 11320420000/1160-03 para
416 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para: o Complexo de Atenção à Saúde (CAS),
417 a Policlínica Aurenly I, e a Policlínica da Região Norte, do município de Palmas – TO, no valor de
418 R\$155.925,00 (cento e cinqüenta e cinco mil e novecentos e vinte e cinco reais) referentes à Emenda
419 Parlamentar Nº. 36950009 da Parlamentar Josi Nunes; Solicitante: Whislly Maciel Bastos/Secretário
420 Municipal de Saúde de Palmas. 9.25 - Proposta de Projeto Nº. 11299205000/1160-03 para Aquisição
421 de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade de Saúde da Família, do município de
422 Brasilândia – TO, no valor de R\$121.000,00 (cento e vinte e um mil reais) referentes à Emenda
423 Parlamentar Nº. 26910004 do Parlamentar Irajá Abreu; Solicitante: Clésio Alves da Silva/Secretário
424 Municipal de Saúde de Brasilândia. 9.26 - Proposta de Projeto Nº. 11408686000/1160-01 para
425 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde, do município
426 de Bernardo Sayão – TO, no valor de R\$267.395,00 (duzentos e sessenta e sete mil e trezentos e
427 noventa e cinco reais) referentes à Emenda Parlamentar Nº. 24290003 do Parlamentar Lázaro
428 Botelho; Solicitante: Elielson Brito de Lima/Secretário Municipal de Saúde de Bernardo Sayão. Item 9,
429 com seus respectivos subitens, homologado pela plenária. ITEM 10 – Homologar as seguintes
430 propostas da Secretaria Executiva da Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão
431 Intergestores Bipartite do Tocantins (CIES/CIB – TO): 10.1 – CONSENSO CIES/CIB – TO Nº.

432 01/2016, de 10 de março de 2016, que Dispõe sobre a Proposta do Calendário Anual de Reuniões da
433 Comissão de Integração Ensino-Serviço/Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins –
434 CIES/CIB-TO para o ano de 2016: A Responsável pela CIES/CIB-TO, Sra. Marluce V. Calazans
435 Pilger informou que a proposta do calendário apresenta as datas relativas às 06 (seis) reuniões que
436 ocorrerão no ano de 2016. Ressaltou que foram consideradas todas as reuniões de CIB e de CIR,
437 sendo privilegiadas aquelas datas mais próximas das reuniões da CIB, com a intenção de aproveitar
438 a presença dos gestores municipais na capital. E, destacou que esse calendário já foi consensuado
439 na reunião da CIES. **10.2 – CONSENSO CIES/CIB – TO Nº. 02/2016, de 10 de março de 2016, que**
440 Dispõe sobre repactuação de recursos financeiros de PEP para execução das atividades: Visita
441 Técnica para apoio e assessoramento aos NEP's sob gestão estadual e municipal; Qualificação dos
442 responsáveis de NEP's estaduais e municipais; Articulação das Ações de Interação Ensino-Serviço e
443 Pesquisa; Reforço para o Seminário de Interação Ensino-Serviço; e Qualificação dos Servidores da
444 SESRT: A Responsável pela CIES/CIB-TO, Sra. Marluce V. Calazans Pilger informou que este
445 consenso se refere à repactuação de recursos financeiros de PEP pras atividades que são da
446 Gerência de Educação Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação. Destacou que a proposta do
447 consenso foi no valor de R\$23.244,75 (vinte e três mil duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e
448 cinco centavos) que foi repactuado para atividades de visitas técnicas para apoio e assessoramento
449 aos NEP's sob gestão estadual e municipal. Ressaltou que essas duas atividades eram separadas e
450 hoje têm um único núcleo responsável, tanto pelos NEP Estaduais, quanto pelos municipais. Afirmou
451 que estas visitas acontecem ao mesmo tempo, quando os técnicos vão ao município, visitam tanto a
452 gestão estadual, quanto a do município. Informou que o valor de R\$52.237,98 (cinquenta e dois mil e
453 duzentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos) será repactuado para a qualificação dos
454 responsáveis de NEP's estaduais e municipais que acontece 2 (duas) vezes ao ano, destacando que
455 este valor é sobra de recurso de outras atividades, como: as oficinas de NEP Estaduais que houve
456 ano passado; de participação em reuniões de CIB; da oficina de fortalecimento da educação
457 permanente que já ocorreu o ano passado; e, da reunião para alinhamento dos NEP pras atividades
458 de estágios e residências nas unidades de saúde do Estado. Informou que o valor de R\$16.800,00
459 (dezesseis mil e oitocentos reais) será repactuado para a Articulação das Ações de Interação
460 Ensino-Serviço e Pesquisa, destacando haver dentro das Gerências um núcleo específico de
461 Interação Ensino-Serviço e um núcleo específico para Pesquisa. Informou que o valor de
462 R\$14.550,00 (quatorze mil e quinhentos e cinquenta reais) será um reforço para Seminário de
463 Interação Ensino-Serviço, destacando que o seminário já e uma atividade programada desde o ano
464 passado, sendo este apenas um reforço para o seminário que acontecerá em novembro. Informou
465 que o valor de R\$14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) será repactuado para qualificação dos
466 servidores da superintendência, atendendo às demandas levantadas no ano passado por meio de
467 oficinas internas, de onde foram relacionadas algumas necessidades dos servidores em se

468 qualificarem. **10.3 - CONSENSO CIES/CIB – TO N°. 03/2016, de 10 de março de 2016, que Dispõe**
469 **sobre repactuação de recursos financeiros de PEP e PROFAPS para execução das atividades: Curso**
470 **de Terapêutica Medicamentosa; Oficinas de Educação Permanente para Docentes; Especialização**
471 **em Gestão de Risco e Segurança no Cuidado ao Paciente; Atualização para Auxiliares e Técnicos**
472 **em Enfermagem com Ênfase em Urgência e Emergência; Formação Inicial para Agente Comunitário**
473 **de Saúde; Instrumentação Cirúrgica; Atualização em Urgência e Emergência para Enfermeiros;**
474 **Aperfeiçoamento em Metodologias Ativas; Qualificação de Auxiliar em Saúde Bucal; Articular os**
475 **Processos Educacionais:** A Gerente de Educação na Saúde/ETSUS, Sra. Raimunda Fortaleza
476 informou que existem alguns recursos de origem de PEP e PROFAPS de anos anteriores de
477 processos educacionais não utilizados, e que têm alguns saldos que precisam de repactuação.
478 Informou que o valor de R\$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) foi repactuado para o Curso de
479 Terapêutica Medicamentosa aplicada a odontologia hospitalar, destacando ser um curso solicitado
480 pelos odontólogos dos hospitais de Palmas. O valor de R\$33.864,00 (trinta e três mil e oitocentos e
481 sessenta e quatro reais) será repactuado para Oficinas de Educação Permanente para Docentes,
482 esclarecendo que estas são oficinas para avaliação, replanejamento e reorganização dos trabalhos
483 com os docentes. Informou que o valor de R\$262.818,00 (duzentos e sessenta e dois mil e oitocentos
484 e dezoito reais) será repactuado para o custeio de diárias para os alunos servidores de hospitais do
485 interior do Estado, para participação no Curso de Especialização em Gestão de Risco e Segurança
486 no Cuidado ao Paciente. Considerando que é um curso ofertado em parceria com o Hospital Sírio
487 Libanês, e iniciou o ano passado e será finalizado em dezembro. O valor de R\$63.500,00 (sessenta e
488 três mil e quinhentos reais) será repactuado para Atualização dos Auxiliares e Técnicos em
489 Enfermagem com Ênfase em Urgência e Emergência, ressaltando que esse valor é apenas um
490 complemento, não sendo o valor total para o processo educativo. O valor de R\$3,369,96 (três mil e
491 trezentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos) será pactuado para a Formação Inicial
492 para Agentes Comunitários de Saúde, em que serão ofertadas 4 (quatro) turmas, 2 (duas) que
493 iniciaram o ano passado, e mais 2 (duas) que iniciarão este ano. Informou que o Curso de
494 Instrumentação Cirúrgica está em processo de estágio, tendo início no ano passado, e necessita de
495 complemento no valor de R\$ 9.454,20 (nove mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte
496 centavos). Informou que o Curso de Atualização em Urgência e Emergência para Enfermeiros terá
497 início este ano, ainda não tendo turmas formadas no Tocantins, será no valor de R\$9.454,20 (nove
498 mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos), ressaltando ser apenas um
499 complemento, pois já havia outra programação. Informou que o Aperfeiçoamento em Metodologias
500 Ativas, no valor de R\$120.105,00 (cento e vinte mil e cento e cinco reais), terá uma turma em Palmas.
501 Informou que o valor repactuado de R\$41.349,70 (quarenta e um mil e trezentos e quarenta e nove
502 reais e setenta centavos) será para Qualificação de Auxiliar em Saúde Bucal, e também é um
503 processo educacional iniciado no ano passado, este é um curso técnico e será finalizado este ano de

504 2016. E, informou que o valor de R\$12.600,00 (doze mil e seiscentos reais) será para Articular os
505 Processos Educacionais em Saúde, que é aquela forma de sensibilizar os gestores na liberação dos
506 docentes para participarem dos processos educacionais. Destacou a fala da Sra. Marluce que
507 afirmou que a área técnica precisa dessa parceria com os gestores, no sentido de, no momento da
508 liberação, verificar se realmente aquele profissional tem o perfil para determinado curso, e se
509 certificar de que o mesmo participará até o final, valorizando o investimento feito. **10.4 - CONSENSO**
510 CIES/CIB – TO Nº. 04/2016, de 10 de março de 2016, que Dispõe sobre repactuação de recursos
511 financeiros de PEP para execução das atividades – Curso Básico das Ferramentas de Sistemas de
512 Informação do SUS: Faturamento da Produção de Sistema de Informação Hospitalar; Financiar
513 participação de servidores da SESRT em eventos técnicos científicos; Participação da SESRT em
514 espaços coletivos de discussão de interação ensino-serviço, educação permanente e pesquisa;
515 Demanda Espontânea; Qualificação em Diagnóstico e Tratamento das Lesões Precursoras do
516 Câncer do Colo do Útero: A Gerente de Educação na Saúde/ETSUS, Sra. Raimunda Fortaleza
517 informou que este consenso traz repactuações para demandas espontâneas. Afirmou haver um
518 recurso também que foi repactuado para as áreas externas, que é para o Curso Básico das
519 Ferramentas do Sistema de Informação do SUS: Faturamento da Produção de Sistema de
520 Informação Hospitalar, no valor de R\$10.340,25 (dez mil trezentos e quarenta reais e vinte e cinco
521 centavos); E, para Financiar a Participação de Servidores da Superintendência de Educação na
522 Saúde e Regulação do Trabalho em eventos técnicos científicos, no valor de R\$42.451,25 (quarenta
523 e dois mil quatrocentos e cinqüenta e um reais e vinte e cinco centavos); E, Participação da SESRT
524 em espaços coletivos de discussão de interação ensino-serviço, educação permanente e pesquisa,
525 no valor de R\$26.384,25 (vinte e seis mil trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).
526 E, a Demanda Espontânea, que, caso venha a surgir algum processo educacional necessário e
527 prioritário, geralmente é custeado. Tendo assim 02 (dois) recursos que foram repactuados: o Curso
528 de Coaching, que foi cancelado, no valor R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais); e o Curso de Excel no
529 valor de R\$16.560,00 (dezesesseis mil e quinhentos e sessenta reais). E, Qualificação em Diagnóstico
530 e Tratamento das Lesões Precursoras do Câncer do Colo do Útero, no valor de R\$5.532,00 (cinco mil
531 e quinhentos e trinta e dois reais). Totalizando este consenso no valor de R\$133.267,75 (cento e
532 trinta e três mil e duzentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos). E informou que o
533 valor total da repactuação foi de R\$604.956,36 (seiscentos e quatro mil novecentos e cinqüenta e
534 seis reais e trinta e seis centavos). Item 10, com seus respectivos subitens, homologado pela
535 plenária. **Pontos de Inclusão de Pauta para Informes: A – Informes da Secretaria Geral da**
536 Comissão Intergestores Bipartite – CIB: A Gerente da Secretaria Geral da Comissão Intergestores
537 Bipartite, Sra. Nayara Samya Costa Chaves Nogueira Tabanes informou o que segue: a. PARAÍSO
538 DO TOCANTINS – TO: Atestado de Conclusão de Edificação referente à Construção da Unidade
539 Básica de Saúde, localizada no Loteamento Área B Verde, entre a Avenida L-12 e Avenida L-14 Setor

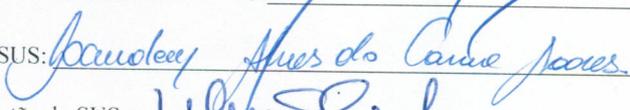
540 Leste, Paraíso do Tocantins – TO, CEP Nº. 77600-000; **b. AGUIARNÓPOLIS – TO:** Ordem de Início
541 de Serviço referente à Construção da Academia de Saúde, localizada na Qd 6, Loteamento
542 Aguiarnópolis, Centro, situado a Rua Mendes Junior, Perímetro Urbano, com área de 3.787,59 m²,
543 Aguiarnópolis – TO; **c. AGUIARNÓPOLIS – TO:** Atestado de Conclusão de Edificação referente à
544 Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Manoel Bandeira, Qd. 13, Lote 01,
545 Bairro São João Batista, Aguiarnópolis – TO, referente à Proposta de Projeto Nº.
546 112913310001/1130-01; **d. CARIRI DO TOCANTINS – TO:** Atestado de Conclusão de Edificação
547 referente à Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Julieta Zeferino de Oliveira,
548 Loteamento Santo Antônio, Centro, Cariri do Tocantins – TO, referente à Proposta de Projeto Nº.
549 12308833000/1130-03; **e. AGUIARNÓPOLIS – TO:** Ordem de Início de Serviço referente à Reforma
550 do Centro Municipal de Saúde, localizado na Rua Maranhão Nº. 08, Centro, CNES Nº. 2600439,
551 Aguiarnópolis – TO; **f. PARAÍSO DO TOCANTINS – TO:** Atestado de Conclusão de Edificação
552 referente à Construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) porte I, localizada na Parte da
553 Quadra 108, Rua Pará e Araguaína, Setor Oeste, Paraíso do Tocantins – TO, CEP Nº. 77600-000,
554 referente à Proposta de Projeto Nº. 11230086000/1130-08; **g. ARAGUATINS – TO:** Atestado de
555 Conclusão de Edificação referente à Construção do Centro de Saúde Eunice da Cunha Xavier,
556 localizado na Avenida Dom Orione, S/N, Setor Aeroporto, Araguatins – TO, referente à Proposta de
557 Projeto Nº. 01237403000/1100-01; **h. SUCUPIRA – TO:** Atestado de Conclusão de Edificação
558 referente à Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada Avenida Jacarandá Quadro “E” Lote
559 06, S/N, Sucupira – TO; **i. RIACHINHO – TO:** Atestado de Conclusão de Edificação referente à
560 Construção da Academia de Saúde, localizada na Praça dos Três Poderes, S/N, Riachinho – TO,
561 referente à Proposta de Projeto Nº. 11291190000/1110-01; **j. PEQUIZEIRO – TO:** Ordem de Início de
562 Serviço referente à Ampliação da Unidade Básica de Saúde, localizada na Av. São Paulo, S/N,
563 Centro, Pequizeiro – TO, CNES Nº. 7080743; **k. DIVINÓPOLIS – TO:** Atestado de Conclusão de
564 Edificação referente à Ampliação da Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua 17, S/N, Setor Sol
565 Nascente, referente à Proposta de Projeto Nº. 11439826000/1130-02; **l. COLINAS DO TOCANTINS –**
566 **TO:** Ordem de Início de Serviço referente à Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada no
567 Setor Sul (Nair Ferreira), Rua Rio Verde, esquina com a Rua Raul do Espírito Santo, Bairro Sul,
568 Colinas do Tocantins – TO. **E, Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada no Setor Santa**
569 **Maria, Rua Maurício Gudis, esquina com a Rua João Rodrigues de Miranda, Colinas do Tocantins –**
570 **TO; m. TOCANTINÓPOLIS – TO:** Atestado de Conclusão de Edificação referente à Obra da Unidade
571 de Pronto Atendimento, Porte I, localizada na Rua Floriano Santos, 406, Setor Central, Tocantinópolis
572 – TO, referente à Proposta de Projeto Nº. 11266993000/1130-07; **n. BARNARDO SAYÃO – TO:**
573 Ordem de Início de Serviço referente à Construção da Unidade Básica de Saúde, localizada na Av.
574 João Lopes de Souza, Centro, Bernardo Sayão – TO. **Informes e Pedidos de Esclarecimentos na**
575 **2ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins do Ano de**

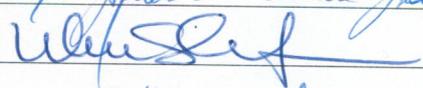
576 **2016: B – Informe sobre a solicitação de resposta e esclarecimentos referentes aos assuntos tratados**
577 **na 1ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do Estado do Tocantins do ano de**
578 **2016 ocorrida em 19 de fevereiro de 2016 e também nos MEMORANDO INTERNO - CIB N.º.**
579 **13/2016, de 03 de março de 2016, e MEMORANDO INTERNO - CIB N.º. 16/2016, de 18 de março de**
580 **2016: Solicitante: Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado do Tocantins – COSEMS**
581 **– TO; Expositores/Respondentes: A Gerente da Secretaria Geral da CIB, Sra. Nayara Samya Costa**
582 **Chaves Nogueira Tabanes informou se tratar dos seguintes questionamentos levantados na 1ª**
583 **Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do Estado do Tocantins do ano de 2016**
584 **ocorrida em 19 de fevereiro de 2016: B.1 - Ausência/Falta de profissional Médico Anestesiista no**
585 **Hospital Regional de Xambioá – TO; B.2 - Falta de oferta do exame de cintilografia, que possui único**
586 **prestador de serviço no Estado do Tocantins (sugeriu-se na oportunidade verificar a possibilidade de**
587 **Requisição Administrativa); B.3 - Falta de profissional capacitado para realização da Coleta do Teste**
588 **do Pezinho no município de Ipueiras – TO; B.4 – Pacientes psiquiátricos da Região de Saúde Médio**
589 **Norte Araguaia em estado de abandono no Hospital Regional de Araguaína – TO; B.5 – Situação da**
590 **Dívida do Estado do Tocantins com os municípios tocaninenses.** A Sra. Nayara Samya informou que
591 foram distribuídas pela CIB as solicitações de resposta através dos Memorandos supracitados, e a
592 resposta enviada pela Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde e também pela
593 Superintendência de Gestão do Fundo de Saúde, é de que as áreas técnicas encaminharão resposta
594 oficial ao Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS) até a próxima
595 semana. **C – Solicitação de Esclarecimento sobre Saúde Mental:** O Secretário Municipal de Saúde de
596 Palmas – TO, Sr. Whislly Maciel Bastos informou ter conversado pela manhã com o pessoal da área
597 técnica de saúde mental que ficou de trazer as informações em relação às portarias que tratam das
598 contrapartidas dos serviços da saúde mental, tanto para aquisição de medicamentos, quanto para
599 manutenção dos serviços de CAPS II e CAPS AD no caso de Palmas, e outros serviços que também
600 estão no Estado. Destacou que este é o ultimo ano de exercício desta gestão, e se a portaria for
601 publicada como foi no ano passado, já no final do ano, não será possível utilizar esse recurso. Deste
602 modo, destacou que é fundamental que esta pactuação seja antecipada o quanto antes. A Diretora de
603 Atenção Especializada, Sra. Margareth Amorim informou que, com relação a esta portaria, a equipe
604 da área técnica está articulando para trazê-la na próxima CIB para aprovação, pois estão fazendo os
605 levantamentos necessários junto aos municípios. **D - Informe sobre materiais próximo do vencimento:**
606 O Sr. Whislly informou estar com um material próximo da data de vencimento, então se os colegas
607 gestores tiverem interesse, é necessário fazer a solicitação pra distribuição. Informou ter recebido
608 agora a pouco uma lista muito mais extensa de material do Estado, que também já está com a
609 previsão de consumo. Deste modo, os que tiverem interesse devem procurar o Estado também pra
610 utilizar esse material e evitar a perda. Afirmou acreditar que o do Estado deva ser necessário fazer
611 uma solicitação ao almoxarifado. E, o material odontológico do município é no valor de R\$23.000,00

612 (vinte e três mil reais) em material. Comentou ter recebido a lista por e-mail e irá compartilhar com os
613 colegas. Neste momento, encerrada a pauta, o Presidente do Conselho de Secretarias Municipais de
614 Saúde, Sr. Vânio Rodrigues de Sousa, representando o Secretário de Estado da Saúde do Tocantins
615 e Presidente da CIB/TO, Sr. Marcos Esner Musafir nesta plenária, encerrou a reunião às quinze horas
616 e cinqüenta e quatro minutos. E para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e
617 aprovada, será assinada pelo Presidente da CIB ou representante e pelos demais membros
618 presentes nesta reunião.

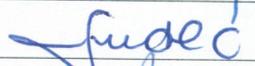
619 **SESAU:**

620 Marcos Esner Musafir/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB - TO: 

621 Laudecy Alves do Carmo Soares/Dir. da Escola Tocantinense do SUS: 

622 Mísia S. Figuerêdo/Dir. de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS: 

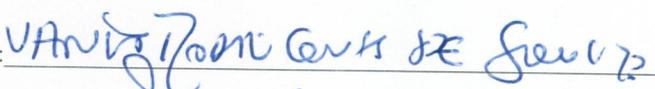
623 Lílíana Rosicler T. N. Fava/Sup. De Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde: 

624 Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Dir. de Controle, Regulação, e Avaliação em Saúde: 

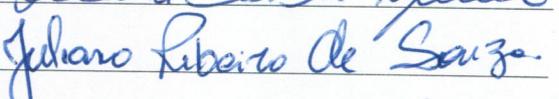
625 Andrea Siqueira Montalvão/Ger. Da Área Téc. De Ciclos de Vida: 

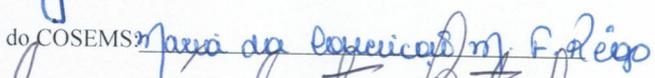
626 Maria Gleyd Brito Chianca Silva/Sup. de Políticas de Atenção à Saúde: 

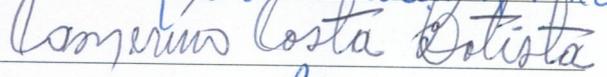
627 **COSEMS:**

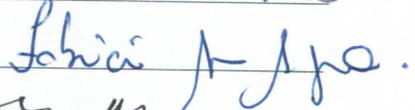
628 Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS: 

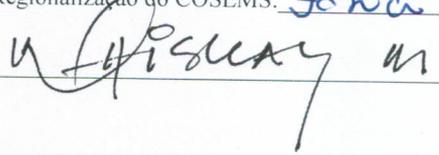
629 Sueli Santos S. Aguiar/SMS de Gurupi e Diretora Financeira do COSEMS: 

630 Juliano R. de Souza/SMS de Natividade e Diretor Administrativo do COSEMS: 

631 Maria da Conceição M. F. Rêgo/SMS de Tocantinópolis e 1ª Vice-Presidente do COSEMS: 

632 Camerino Costa Batista/SMS de Dianópolis e Diretor Adjunto do COSEMS: 

633 Fabrício Alves Segura/SMS de Araguañã e Diretor de Descentralização e Regionalização do COSEMS: 

634 Whisllay Maciel Bastos/Secretário Execuctivo e SMS de Palmas – TO: 

at